

# EDITORIAL-MANIFESTO

## VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES NA GREVE DO PARANÁ: “PARA NÃO ESQUECER”<sup>1</sup> “QUANDO SE FERER UM PROFESSOR”<sup>2</sup>

EDITORIAL-MANIFEST: VIOLENCE AGAINST TEACHERS IN THE STRIKE OF PARANÁ: “NOT TO FORGET” AND “WHEN A TEACHER IS INJURED”

EDITORIAL-MANIFIESTO: LA VIOLENCIA CONTRA LOS PROFESORES EN HUELGA EN PARANÁ: “PARA NO OLVIDAR” Y “CUANDO SE HIERE A UN PROFESOR”



**Maurício Roberto da Silva**  
Editor  
mauransilva@gmail.com

**Maria de Lourdes Bernartt**  
Editora Associada  
marialbernartt@gmail.com

### REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SILVA, M. R. BERNARTT, M. L. Manifesto: Violência contra os professores na greve do Paraná: “para não esquecer”<sup>1</sup> “quando se fere um professor”. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 16, n.32, p. 07-21, jul./dez. 2014.



“É de certo que **professor nesse país sempre apanhou** (grifos nossos). **Apanha pela falta de reconhecimento, apanha pelo salário indigno** (grifos nossos), apanha pela luta histórica por um sistema educacional que o tenha como umas das peças fundamentais da construção de uma educação de qualidade, **apanha pela rotina de trabalho, apanha pela desmotivação dos alunos, apanha pelo sistema educacional defasado, com seus critérios retrógrados de avaliação, apanha pela obrigatoriedade de cumprir um programa pedagógico que não condiz com o que ele acredita, nem condiz com a realidade do aluno, servindo de ferramenta para a sua vida prática** (grifos nossos). {...} Agora os professores, **mais uma vez, apanharam literalmente no Paraná** (grifos nossos). **Foram mordidos por cães, feridos por bombas de borracha e tratados como marginais. Apanharam do poder público, do poder uniformizado amparado pelo Estado** (grifos nossos). **Um país que bate em professor, diz muito da importância com que trata a educação** (grifos nossos). {...} **Quando se tortura um professor, não está se torturando apenas um corpo físico. Tortura-se o corpo simbólico. Tortura-se o conhecimento tortura-se a já desacreditada educação** (grifos nossos). **A tortura não espanca apenas o ser, tortura a esperança na renovação de uma das mais dignas e significantes profissões para a formação de um povo** {...} (grifos nossos). **Quando se bate em um professor, bate-se também no aluno, que já não será tão bem mais iluminado por essa chama, que depende da auto-estima do seu mestre** (grifos nossos). **Um Estado que espanca um professor, provoca uma sangria em toda uma comunidade: sangra a escola, sangram os alunos, sangra o saber, sangra a esperança, destrói o simbólico** {...} (grifos nossos). **Quando um professor sangra, a vida sangra junto com ele**”. (grifos nossos) {...}<sup>3</sup>

1 SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia (Orgs.). Um registro do 29 de abril de 2015: Para não esquecer. Curitiba, PR: LAPEDUH/UFPR, 2015.

2 Texto "Quando se fere um Professor" de Ivan Santana, Natural de Monte Santo - Ba, é formado em Artes Cênicas pela UFBA - Universidade Federal da Bahia. Autor de seis livros, dentre poesia e contos. É detentor de diversos prêmios de poesia em concursos nacionais. É artista plástico (autodidata), arte - educador, com grande experiência na área de educação. (Mimeo). Email: santana. ivansantana@gmail.com

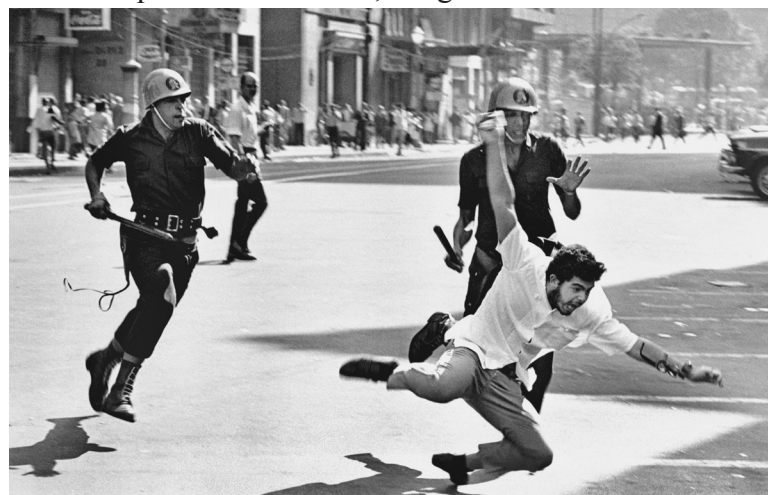
3 Idem

4 GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto: com um epílogo do subcomandante Marcos sobre as crianças zapatistas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

A Revista Pedagógica, no limiar de sua trajetória, na qualidade de projeto editorial do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da Unochapecó, em textos de seus editoriais, para além dos textos e artigos dos autores, vem estimulando os leitores para um olhar mais atento para a realidade atual. Neste sentido, de forma introdutória e exploratória, tem provocado os debates sobre as problemáticas colocadas na “ordem do dia” sobre a conjuntura política, econômica, pedagógica, cultural e social.

Esse exercício epistemológico e ideológico, contudo, apresenta como eixo central a problemática educacional, cujos debates giram em torno da reflexão crítica sobre a pesquisa em educação, nomeadamente, as políticas científicas e a “lógica produtivista” que as engendram. Nessa mesma direção, temos provocado, nos editoriais e artigos, centelhas de idéias para a reflexão crítica em torno da trajetória das políticas educacionais até os dias atuais. É mister lembrar que está em jogo, as ainda em curso e não superadas, políticas educacionais neoliberais, cujos pressupostos epistemológicos e ideológicos, estão, historicamente, amalgamados no “apartheid social”, que se traduz nas desigualdades sociais e escolares, desvalorização do trabalho docente e outros pontos da agenda político-educacional<sup>4</sup>.

Isto posto estamos denunciando e nos solidarizando com as lutas dos professores do Estado do Paraná ( e de todo Brasil), em prol de seus direitos, e, por isso, foram violentamente feridos pela ação truculenta da polícia paranaense sob o comando da Secretaria de Segurança e sob os auspícios do governador Beto Richa, do PSDB. As ações violentas foram travadas no chão da Praça Nossa Senhora de Salete, na tarde inesquecível de 29 de abril de 2015, no Centro Cívico de Curitiba, no chão da “Pátria Educadora”. A foto da capa é emblemática e representa um atentado contra alguns avanços pela democracia, alcançados ao longo de quase 60 anos de lutas políticas e sociais dos professores brasileiros. Ela nos remete à violência dos tempos de chumbo da ditadura e à tortura a que foram submetidos os trabalhadores lutadores, conforme pode se ver na foto, a seguir.



arte.folha.uol.cm.br/especial/2014.<sup>5</sup>

5 [www.ditadura-militar.html](http://www.ditadura-militar.html) Acesso em 27/06/2015

O episódio que culminou em tortura coletiva aconteceu quando os docentes grevistas reivindicavam uma nova rodada de negociações com o governo para discutir a data-base. Eles reivindicavam como grande parte dos docentes em greve em outros estados brasileiros, um reajuste de 84%, baseado no IPCA (índice oficial de preços, nos últimos 12 meses - embora o estado só ofereça 5,4 %<sup>6</sup>. O massacre aos professores ocorreu no momento em que estava em votação o PL 024/2015, conhecido como “pacotão”, projeto de lei que resulta em cortes de benefícios do funcionalismo público, alterações na previdência estadual, dentre outras mudanças. A proposta obteve aprovação com 31 votos contra 20.

Os corpos, as mentes, a honra e a dignidade dos trabalhadores da educação foram gravemente feridos, ultrajados e vilipendiados quando reivindicavam respeito e condições dignas de trabalho, salário, respeito e reconhecimento pelos serviços prestados a duras penas à sociedade brasileira. Em troca, ao invés de uma política educacional de qualidade, receberam uma “política do corpo”, que se baseia na “Pedagogia da Pancadaria”<sup>7</sup>. Tudo isso aconteceu, contraditória e ironicamente, no momento em que se discutem, os limites e possibilidades das políticas educacionais estaduais, sobretudo, na esfera federal a partir do projeto “Pátria Educadora”. A “Pátria educadora”, para assim se tornar, efetivamente, precisa fazer com que o investimento crescente no ensino básico ganhe qualidade “<sup>8</sup>, começando por priorizar os investimentos para a melhoria das condições de trabalho, infra-estrutura das escolas e a valorização da atividade docente com salários à altura da competência e da relevância social e política dos professores para a formação de crianças, jovens e adultos. Além disso, deve ter como ethos, independentemente do partido que governe a nação, a não permissão violência contra professores, fazer negociações a partir do diálogo e, assim, buscar soluções para os problemas educacionais.

6 Revista Carta Capital, 18 de maio de 2015 - Ano XXI - 849, pág.26-28.

7 Revista Carta Capital, 18 de maio de 2015 - Ano XXI - 849, pág.26-28.

8 JORNAL BRASIL DE FATO. **Repressão do Estado é problema comum.** 14 a 20 de maio de 2015.



Foto: Joka Madruga<sup>9</sup>:

A educação repressiva do aparelho do Estado, sequer permitiu que os professores lutassem em prol da educação pública de qualidade para todos “para além da lógica do mercado”<sup>9</sup>. É preciso destacar que a “a repressão do Estado é problema comum”, uma vez que nas diversas mobilizações de professores em diversos estados brasileiros, pela melhoria e condições de trabalho, a repressão assume diversos requintes, matizes e formas de violência simbólica e real.<sup>10</sup> De fato, eles, os professores, em termos simbólico-reais, “sempre apanharam” ao longo da história das greves e sempre foram feridos em suas manifestações por outras políticas educacionais para além das desigualdades sociais e escolares:

É de certo que professor nesse país sempre apanhou. **Apanha pela falta de reconhecimento, apanha pelo salário indigno** (grifos nossos), apanha pela luta histórica por um sistema educacional que o tenha como umas das peças fundamentais da construção de uma educação de qualidade, **apanha pela rotina de trabalho, apanha pela desmotivação dos alunos, apanha pelo sistema educacional defasado, com seus critérios retrógrados de avaliação, apanha pela obrigatoriedade de cumprir um programa pedagógico que não condiz com o que ele acredita, nem condiz com a realidade do aluno** (grifos nossos), servindo de ferramenta para a sua vida prática. **Apanha conseqüentemente pelo simples fato de ter abraçado essa profissão.** (grifos nossos)<sup>11</sup>

A chacina teve grande repercussão na mídia nacional e internacional, contando com repúdios e moções das mais variadas e diversas instituições, tais como: OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ANPED, CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, FNE (Fórum Nacional de Educação (FNE), OAB e outras) contra as forças repressivas do aparelho do Estado, dentre inúmeras outras. Nesse sentido, a ANPED, contra esse ato de violência contra a cidadania e a educação, une-se ao coro nacional e emite também nota de repúdio intitulada “A democracia ferida no Paraná”<sup>12</sup>

Os professores que lá estavam, fizeram alguns relatos comoventes, conforme se pode perceber no livro recém editado, intitulado “Um registro do 29 de abril de 2015: para não esquecer”. Na apresentação do livro (p.9), escrita pelas professoras e doutoras Maria Auxiliadora Schmidt e Ana Cláudia Urban, as autoras relatam o ocorrido:

“Por volta de 15 horas, sons de bombas e tiros se alastraram eram ouvidos a quilômetros de distância. Uma tarde histórica, um dia histórico. Neste dia, aconteceu o **maior massacre de manifestantes** (grifos nossos) pela polícia do estado do Paraná. Um acontecimento que, como disse Clarice Lispector, nunca mais se esquece, nem se mudarmos para outra cidade. {...} **Eram milhares**

9 APPLE, Michel. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

10 Jornal “Valor”, Seção Eu & Fim de semana, 30 de Janeiro, sexta-feira de 2015- Ano 15 - no. 722.

11 Texto “Quando se fere um Professor” de Ivan Santanna, citado na epigrafe que abre o editorial,

12 [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br), 3004/2015

**de professores, estudantes, educadores e de que todos que presenciaram ou acompanharam os acontecimentos, permaneceu algo como uma incredulidade, as também um “desejo de memória”, de registrar e contar.** (grifos meus)<sup>13</sup>.

Os relatos dos professores e as fotos do episódio violento de 29 de abril de 2015, em Curitiba, trazem a seguinte mensagem “para não esquecer”, conforme foi afirmado pelas autoras no livro supramencionado (p.9). Com efeito, essa afirmação nos leva a pensar o corpo enquanto tempo-espaço das marcas da memória, e, isso porque {...} a marca é um obstáculo ao esquecimento, uma vez que o próprio corpo traz impresso em si os culcos da lembrança – o corpo é uma memória<sup>14</sup>. Nestes termos, o corpo é uma superfície, na qual a sociedade dita suas leis aos seus membros e inscreve nestes o seu texto. Inscreve, portanto, como se viu, o texto da violência do Estado neoliberal, contra os direitos dos professores e, conseqüentemente, dos membros da sociedade a uma educação efetivamente pública, de qualidade e socialmente referenciada. Pode-se inferir, então, que {...} a lei inscrita sobre o corpo é uma lembrança inesquecível<sup>15</sup>. “Isso foi marcante durante depois desse ato de violência, ao ouvirmos dos que lá estavam: “para não esquecer”, não vai dar para esquecer”!

Essas reflexões sobre as marcas deixadas no corpo-memória dos trabalhadores da educação são de dorida importância, considerando-se, pois, os problemas de identidade do professor para com o seu ofício, os quais ocorrem pela desvalorização do trabalho docente, baixos salários, péssimas condições de trabalho, e maus tratos por parte do governo do estado do Paraná. Sendo assim, pode-se dizer que, nessa perspectiva, a memória, pode ser concebida como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si “<sup>16</sup>.

13 SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia (Orgs.). **Um registro do 29 de abril de 2015: Para não esquecer**. Curitiba, PR: LAPE-DUH/UFPR, 2015.

14 CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Arquivos de Antropologia Política Francisco Alves, 1974, p. 131.

15 CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Arquivos de Antropologia Política Francisco Alves, 1974, p. 131.

16 POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, vol. 5, no. 10, 1992, p.5-6.



17 Acesso em 28/07/2015.

[www.pragmatismopolitico.com.br](http://www.pragmatismopolitico.com.br)<sup>17</sup>.

Seus corpos estavam ali, de forma pacífica, construindo cidadania, mostrando que não são corpos passivos e “dóceis”, mas sim corpos lutadores. Pode-se dizer que ali estava sendo violentado o “corpo coletivo”, o corpo simbólico-real, que luta há décadas e, ainda hoje, por políticas educacionais, para além das políticas públicas e sociais neoliberais. Os professores, naquela Praça de Curitiba, representavam também a luta dos professores de outros estados brasileiros em greve. Eles estavam ali fartos de discursos e clamando pelo fim da alienação, exploração e precarização do trabalho docente, engendradas pelo Estado brasileiro, que terminam por perpetuar processos ensino-aprendizagem cunhados a ferro, brasa, precarização e privação. Os corpos que ali estavam não eram entidades passivas, que são moldadas unicamente pelas “forças” externas de acumulação e da circulação de capital. Pelo contrário, os “corpos produtivos”, estavam ali precisamente exigindo respeito e justiça. Eles apontavam por urgentes transformações sociais educacionais nas políticas em curso. Os trabalhadores da educação que ali lutavam, estavam movidos pela força da luta e da resistência, movidos pelo desejo de revolução em prol de políticas educacionais educação para além do capital<sup>18</sup>.

18 HARVEY, David. **Dos corpos e das pessoas: Políticas no espaço global.** In: Espaços de Esperança. Loyola: São Paulo, 2004, p.135-149. MÉSZAROS, Istivan. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

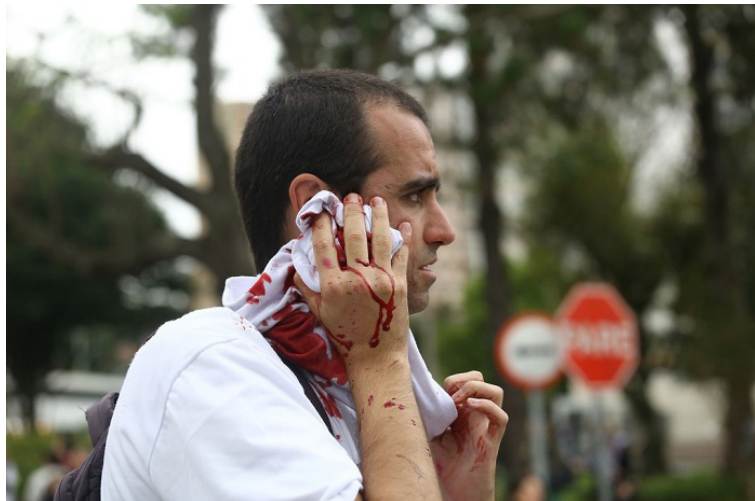


19 Acesso em 28/07/2015.

<http://www.gazetadopovo.com.br><sup>19</sup>.-

O corpo do trabalhador é considerado produtivo à medida em que produz capital, entra no circuito de mercadorias, realiza mais-valia, entra em circulação, e isto porque, no capitalismo, só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista, ou que trabalha para tornar rentável o capital<sup>8</sup>. Em suma, o corpo é produtivo porque é engendrado através da mediação entre o corpo biológico e o corpo social. O corpo produtivo, portanto, consolida-se na prática social, através da mediação entre o social e o biológico sob a égide do trabalho socialmente necessário, cujo fim único é trabalhar para manter-se e

satisfazer as necessidades básicas e, conseqüentemente, produzir/trabalhar para tornar mais rentável o capital. Dito de outra maneira, o trabalho produtivo, no ponto de vista capitalista, cria valor e mais-valia ou “trabalho produtivo de mais-valia”<sup>20</sup>.



[www.pragmatismopolitico.com.br](http://www.pragmatismopolitico.com.br)<sup>21</sup>.

Nos corpos dos professores que apanharam da polícia do Paraná estão circunscritas as marcas do corpo produtivo, isto é, do corpo que trabalha como produtor de mercadorias e desigualdades sociais. Ou seja, eles próprios como mercadores e mercadoria (corpo-objeto), principalmente quando aparecem sob a forma de valor de troca. Os corpos dos trabalhadores da educação se assemelham aos corpos de qualquer outro trabalhador explorado pelo capital. Pois, ao serem explorados e usurpados de seus direitos, ou seja, ao produzirem mercadorias se mercadorizam, coisificam-se. Deste modo, perdem a sua especificidade e o vínculo estreito que mantinham com a subjetividade do trabalhador, deixando de ser o metabolismo entre o homem e a natureza, para plasmar outra identidade, uma outra subjetividade: a de vendedor da força de trabalho<sup>22</sup>. O processo de formação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação está imerso nas crises cíclicas ou “crise estrutural do capital”, cujas marcas agudamente destrutivas para a humanidade inerentes ao sistema sócio-metabólico do capital. Estas marcas estão indelevelmente impressas no âmbito do trabalho, educação, meio ambiente, lazer e nas diversas instâncias da vida social e nas políticas educacionais e diversas públicas e sociais<sup>23</sup>.

\*\*\*

Os professores do Paraná, que estavam em greve na “Pátria Educadora”, assim como os professores de diversos estados brasileiros, lutavam e, ainda lutam, não apenas pelas justas melhorias salariais. Embora possa se dizer, a partir da literatura de cordel que:

20 GUÉRY, François; DELEULE, Didier. **Le corps productif**. France: Reères-Mame 1972. Tradução de Giovanina de Freitas Olivier, 1999 (mimeo). Ver editorial da Revista Motrivivência Ano XXII, N° 35, P. 07-17 Dez./2010.

21 Acesso em 28/07/2015.

22 CODO. Wanderley (Org.). **Indivíduo, Trabalho e Sofrimento: Uma Abordagem Interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1993

23 MÉSZÁROS, Istiván. **Crise estrutural do capital**. São: Boitempo, 2009.

{...} O professor vive em apuro  
 Diante da sociedade  
 Seu trabalho, sua idade  
 Estão em cima do muro  
 Sua vida, seu futuro  
 Não tem sucesso u valor  
 O salário é um horror  
 A sociedade esquece  
 Veja bem quanto padece  
 O pobre professor<sup>24</sup>.

24 NASCIMENTO, Amaro Pedro. **O dia do professor**. Literatura de Cordel, 2008. [www.cordelsergipano.com.br](http://www.cordelsergipano.com.br)

Naquele fatídico dia, os professores anunciavam com seus gritos de ordem e as místicas pacíficas que o Estado brasileiro, para além dos discursos e inclusões precárias, que precisam ser aplicadas, urgentemente, políticas simultâneas de valorização dos profissionais da educação, visando “a garantia da profissionalização com a formação inicial e continuada de qualidade”. Neste viés, é preciso promover e viabilizar nos estados e municípios a “aplicação integral da lei do piso salarial profissional nacional”, conforme o artigo 206 da Constituição Federal, aprovando e aplicando a lei de diretrizes de carreira para o conjunto da categoria. Nesta perspectiva, as políticas “educacionais deveriam investir na construção de novas escolas e melhorarias da infraestrutura existente, para se garantir condições adequadas ao processo de ensino-aprendizagem”. Além disso, é mister desenvolver, com bastante força, “as políticas de gestão democrática, com conselhos escolares deliberativos, compostos por representantes de todos os seguimentos da comunidade escolar e local, escolhidos pelas entidades representativas de cada um”.

Em suma, quando se lia os cartazes, panfletos e faixas, podia-se perceber que os professores queriam dar mais um recado à sociedade e aos políticos: o Estado brasileiro deve cuidar da saúde dos professores, quer dizer, deve urgentemente “aplicar políticas preventivas e curativas para cuidar da saúde dos profissionais”. Essas podem ser algumas medidas, entre outras, que poderão garantir a permanência de alunos matriculados, assim como motivar a entrada nas escolas públicas de pessoas na faixa etária de 04 a 17 anos, que estão fora da educação básica. Todas essas medidas devem ser conquistadas, necessitando ser implementadas para tornar a Educação uma questão de Estado e um direito de todos os cidadãos<sup>25</sup>.

25 Revista “Retratos da Escola” da CNTE, 2013, Volume 7, Número 12, Dossiê “Avaliação da educação Básica” na entrevista com os educadores Heleno Araújo Filho, Luiz Cláudio Costa e Robert Evan Verhine no texto “Avaliação da Educação Básica”.



26 Acesso em 28/07/2015.

[www.pragmatismopolitico.com.br](http://www.pragmatismopolitico.com.br)<sup>26</sup>



Postas essas questões, é preciso que a luta emblemática dos professores do Paraná contaminem o restante dos professores do Brasil. É preciso que os professores saiam às ruas e levem consigo seus alunos e suas famílias para, em uníssono, exigir escolas de qualidade, gratuitas, e professores bem pagos e respeitados. Afinal, “educação é mesmo uma coisa séria. Tem a ver com ensinar a ler o mundo, a ser crítico, autônomo, capaz de criar, inventar, subverter. Precisa de um corpo de professores bem pagos, bem formados, cheios de entusiasmo pelo ensino, com tempo para ler, estudar e preparar boas aulas.” As escolas precisam de um corpo técnico bem qualificado, comprometido com o processo, engajado na tarefa do ensinar e aprender. Sendo assim, teria de ter uma estrutura material capaz de acolher com qualidade os alunos, laboratórios, espaços de lazer. E tudo isso é o que não há. **Por isso, são tão necessárias as lutas** (grifos nossos). E parece um paradoxo que um trabalhador da educação tenha de abandonar o seu ofício para lutar por algo que deveria ser seu de fato e de direito e um direito de todos<sup>27</sup>.

É nessa lógica que nesta edição, a seção “Artigos” traz relevantes pesquisas sobre diferentes e relevantes problemáticas da educação. Os artigos são oriundos de grupos de pesquisa, cuja produção do conhecimento é amplamente socializada na ANPED e outros grandes eventos da educação. Em linhas gerais, os artigos são produzidos por intelectuais de programas de pós-graduação de conceituadas e reconhecidas instituições universitárias brasileiras, tais como: UFSCAR, UFSC, UFF, UNICAMP, UEPG, UNILAB, UFRJ, UTFPR/, UTFPR/Pato Branco, UFSC, UERJ, UFMG, UNIR, CEFET-MG, UNOCHAPECÓ, e de pesquisadores de universidades estrangeiras, oriundos de países, como: Itália, Portugal, Espanha, Moçambique e Guiné Bissau.

O trabalho que abre a seção é a pesquisa de Jocilene Gadioli de Oliveira, Elena Marescotti e Maddalena Formicuzzi (Itália), intitulado “Educação permanente e certificação das aprendizagens não-formais e informais: o contexto italiano (Europa) e brasileiro”. O artigo tem como foco a importância da Educação Permanente através da certificação das aprendizagens não-formais e informais; é uma pesquisa italiana, sobre as práticas italianas e brasileiras, com base nas diretrizes da União Européia para a aprendizagem permanente, na descrição de iniciativas ou programas que certificam as aprendizagens que o indivíduo pode adquirir no arco da vida. O estudo conclui com algumas questões e alguns desafios identificados, mas também com algumas boas práticas para possíveis avanços.

A seguir, o texto de autoria de Raquel Miño Puigcercós e Fernando Herraiz García (Espanha) “O desafio de promover e avaliar a aprendizagem autônoma na educação superior: *relatos e olhares docentes*”, publicado

<sup>27</sup> Blog de Elaine Tavares: Educação e Greve”. [eteia.blogspot.com/](http://eteia.blogspot.com/)

em espanhol, sob o título “El reto de promover y evaluar El aprendizaje autónomo en La educación superior: *relatos y miradas docentes*”. O artigo questiona sobre o desafio e as contradições que representam avaliar as experiências de aprendizagem autônomas. Estas foram realizadas a partir da análise dos relatos docentes do grupo, dialogando com estratégias colocadas em prática em disciplinas.

Trazendo contribuições para se pensar a relação entre educação e imigração, o artigo “Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da Educação Escolar”, escrito por Marília Lima Pimentel Cotinguiba e Geraldo Castro Cotinguiba (UNIR), tem como propósito “discutir alguns aspectos dos desdobramentos da imigração haitiana para o Brasil, tomando como discussão central a inserção de crianças, adolescentes e adultos no ambiente escolar”. A pesquisa se baseia na realidade da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, na Amazônia ocidental brasileira e, em alguns aspectos, sobre dados e vivências obtidas pelos pesquisadores em outras cidades brasileiras. À guisa de conclusão, estabelece relação e diálogo teóricos com alguns autores a partir de abordagens que contemplam a discussão, os quais aparecerão no momento adequado, assim como outros trabalhos já realizados.

Por sua vez, Roselete Fagundes de Aviz (UDESC/Moçambique) traz para reflexão um texto sobre o cotidiano das crianças africanas: “O papel das crianças na construção da cultura em contextos não formais de Moçambique”. A autora faz reflexões sobre as vozes das crianças, suas relações com os espaços e lugares existenciais que possuem representações simbólicas. Nas narrativas que as crianças produzem efetuam um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços e espaços em lugares. As crianças falam de valores, crenças e costumes que se alteram e se modernizam de acordo com os novos símbolos e informações que adentram a comunidade e podem ser consideradas como indutoras da interpretação e transmissão na comunidade. Isto porque, quando se fala da voz de um povo, fala-se de uma miscigenação cultural civilizacional e ética. É nesse fazer que a voz se mostra como canto de um povo. E dentre essas vozes, estão as das crianças.

Um problema de pesquisa bastante presente nas rodas de discussão da academia e nas políticas públicas é a questão da igualdade racial e ações afirmativas. Neste sentido, Matilde Ribeiro (UNILAB), ex-ministra Ministra da Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (2003/2008), debate no seu artigo as “Políticas de Promoção da igualdade racial: impulsos às ações afirmativas e à educação étnico-racial”. O objetivo é destacar informações e reflexões sobre a educação étnico-racial como importante ferramenta para construção de direitos, justiça e democracia, visando contribuir para a

alteração do quadro histórico de profundas desigualdades sociais e raciais em nosso país.

O artigo de Quecoi Sani (ENA-Guiné Bissau) e Marlice Rubin Oliveira (PPGDR/UTFPR Câmpus Pato Branco), sob o título “Educação Superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios”, traz importantes questionamentos para se pensar a educação superior como fator de desenvolvimento em África. O artigo demonstra quais seriam as principais contribuições, limites e desafios da educação superior para a Guiné-Bissau: maior número de cidadãos formados, administração pública eficaz e eficiente, maior produtividade econômica nacional e diminuição da pobreza.

Sob o ponto de vista da educação não-formal, destaca-se o artigo de Rita Leal, Isabel Dias e Ana Paula Carreira (Portugal). Trata-se da pesquisa “Na relação educativa em contexto hospitalar em Portugal: o trabalho docente”. O artigo visa “compreender a dinâmica das interações entre os docentes e a criança/pais na unidade de internamento do serviço de pediatria do Centro Hospitalar Leiria-Pombal (CHLP) - Portugal ; “sustentar possíveis decisões de melhoria da qualidade do serviço prestado”. Nesse sentido, é salientado o papel do trabalho docente em contexto hospitalar na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da criança/pais durante o período de internamento hospitalar .

Questões importantes sobre a história do pensamento e das práticas pedagógicas são abordadas nesta edição, a saber, o artigo “Idéias pedagógicas e práticas educacionais difundidas pelos primeiros jesuítas nas américas”. O artigo é de autoria de Zuley Jhojana Duran Peña (Unicamp) e Márcia Chaves Gamboa (Grupo de Estudos Paideia / Unicamp). O artigo, busca apresentar a ação educacional da Companhia de Jesus no conjunto da empreitada colonizadora mercantilista nas Américas. Tratando de entender a ação educacional e cultural dos Jesuítas sobre a matriz política da imposição mercantilista e sua face aculturadora, assim como, a cristianização forçada que justificava a ação exploradora.

As pesquisadoras Maria Teresa Esteban (UFF) e Virgínia Louzada (UFF) trazem elementos essenciais para se pensar a educação infantil no artigo “Cadernos Pedagógicos para a Pré-Escola: algumas questões sobre avaliação da aprendizagem e alfabetização para as classes populares”. A pesquisa discute a concepção de alfabetização presente nos Cadernos Pedagógicos para a Pré-escola – material pedagógico produzido pela SME/Rio, que visa direcionar o trabalho pedagógico realizado com esta faixa etária. A partir de questões sobre as relações entre alfabetização, pré-escola e desempenho escolar que os cadernos suscitam, as autoras trazem as contribuições dos estudos sobre a avaliação da aprendizagem para o debate, a

fim de oportunizar processos de ensino e de aprendizagem mais favoráveis às crianças das classes populares.

Uma problemática multidimensional e complexa é a discussão sobre As políticas educacionais no âmbito dos PPGÉ's, na formação de professores e da produção acadêmica a respeito. Nas trilhas dessa discussão, as pesquisadoras Simone de Fátima Flache (UEPG) e Gisele Masson (UEPG) trazem como reflexão o artigo **“A Disciplina de política educacional em cursos de formação de professores”**. Neste, destaca-se a importância da disciplina de Política Educacional na formação de professores. Algumas concepções teóricas que sustentam a organização da disciplina e do estudo sobre políticas educacionais são apresentadas, bem como alguns conhecimentos imprescindíveis para a formação de professores.

Continuando o debate sobre políticas educacionais, os autores Nadia Pedrotti Drabach (Unicamp) e Ângelo Ricardo De Souza (UFPR), brindam-nos com o artigo de suma pertinência acadêmica, política e social “Leituras sobre a gestão democrática e o gerencialismo na/da educação no Brasil”. O artigo apresenta dois olhares teóricos sobre a gestão da escola e da educação. O primeiro, desenvolvido a partir da perspectiva da gestão democrática, dedica-se a discutir as bases que sustentam o princípio democrático demandado pela Constituição Federal de 1988. O segundo, desenvolvido a partir da reforma do estado e da educação no Brasil dos anos 1990, focaliza aspectos gerenciais da gestão da educação e da escola.

O pesquisador Nicholas Davies (UFF) segue o debate sobre as políticas educacionais, destacando a questão polêmica e atual do financiamento para a educação. Seu artigo “Alguns desafios do Financiamento da Educação” tem como escopo examinar com base, sobretudo em legislação, alguns aspectos problemáticos do financiamento da educação, como a destinação de recursos públicos para instituições privadas (FIES, por exemplo), a isenção fiscal delas (PROUNI, por exemplo), artifícios que retiraram/retiram verbas da educação pública (renúncias fiscais, não-aplicação da verba legalmente devida), a pequena participação federal no financiamento da educação básica, inclusive no FUNDEF e no FUNDEB, a grande desigualdade tributária entre regiões, Estados e municípios, e o financiamento nos Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014.

O tema da educação e movimentos sociais tem sua presença a partir dos aportes teórico-metodológicos do artigo “Educação escolar e MST: reflexões sobre o Ensino Médio e Profissionalizante”, de autoria de Natacha Eugênia Janata (UFSC) e Thelmely Torres Rego (UFSC). O artigo argumenta que historicamente o MST vem lutando, debatendo e organizando a escolarização de ensino médio e profissionalizante no campo em função da presença de jovens nos

assentamentos de reforma agrária e do déficit desse nível educacional no campo brasileiro. A luta é por uma formação que propicie o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, associado à formação política. Nesse sentido, insere-se também a formação profissional, resultante da necessidade material de formar para a produção nos assentamentos, considerando uma matriz de produção que faça frente àquela defendida pelo capital.

“Educação Profissional e Lazer” é o título do artigo dos pesquisadores Ailton Vitor Guimarães (CEFET-MG) e Antônia Vitória Soares (UFMG), estudiosos das questões relativas à problemática do trabalho, do lazer e da formação profissional. A educação profissional considerada aqui indica um devir em termos da materialização da concepção de uma educação que integre, basicamente, as perspectivas da escola unitária, da politécnica e do trabalho como princípio educativo. O lazer, nesse contexto, é considerado como parte das ações de criação e recriação humanas da realidade, resultante das tensões existentes entre capital e trabalho, e é abordado considerando as atividades e manifestações relacionadas a ele e incorporadas aos processos educacionais no interior de escolas de educação profissional e tecnológica.

Para encerrar a seção “Artigos”, os pesquisadores Jorge Teles (UFF) e André Lázaro (UERJ), contribuem para o debate em torno do seguinte problema de pesquisa: “Educação, poder e autoridade docente: tramas e sentidos na contemporaneidade”. O artigo aborda as questões relativas à crise na autoridade docente constatadas na contemporaneidade a partir da discussão maior sobre crise de poder na sociedade e sobre o lugar da educação no sistema mais amplo das relações humanas.

Em seguida, a seção “Resenhas” problematiza, com o texto de Luana Aversa (UFSC) e Lucídio Bianchetti (UFSC), o tema instigante da orientação na pós-graduação na Europa e pouco abordado no Brasil, cujo título é “Transformações no doutorado e implicações no processo de orientação: uma questão supranacional”. Trata-se da resenha da obra em inglês “The Routledge Doctoral Supervisor’s Companion. Supporting effective research” in “Education and Social Sciences”. Oxon, UK: Routledge, 2010. THOMSON, Pat; WALKER, Melanie (Orgs).

Na seção “Caminhos Abertos”, Deise Arenhart (UFRJ), apresenta o texto “O que move a ação dos indivíduos? Um diálogo com Pierre Bourdieu e François Dubet”. A autora apresenta e discute os conceitos centrais de dois autores que têm se preocupado em entender os processos da ação e/ou reprodução social a partir de pontos

de vistas diferentes. As reflexões sobre o sentido da escola para ambos, indicam que, para Bourdieu, a escola produz desigualdades e contribui para a reprodução social. Já para Dubet, o sentido da escola é dado pelo ator, no desenrolar de sua experiência escolar.

“A questão do estágio docente no ensino superior: ‘relatos de um certo bolsista no ensinar-aprender Sound Design’ é o tema do texto produzido por Cristian Cipriani e Ricardo Rezer (Unochapecó). A questão do “estágio obrigatório para bolsistas Capes” no ensino superior é fato amplamente debatido no Brasil, pois interage em co-participação com outra temática, a da formação docente. Os autores procuram pensar a problemática a partir de uma experiência de estágio de docência nas disciplinas de ‘Trilha Sonora’ e ‘Sound Design’ para os cursos de Audiovisual e Design, buscando refletir acerca da seguinte indagação: ‘Finalmente, o que é estágio?’

A seção “Textos Audiovisuais” veicula o “Documentário 29 de Abril Nunca Mais” sob a direção de Roque Ribeiro. O curta metragem mostra as cenas dramáticas, revoltantes e contundentes da violência do governo do Paraná contra os docentes em greve, no dia 29 de abril. O documentário tem seu papel histórico e político, com vistas a aguçar a memória dos trabalhadores da educação e demais categorias de trabalhadores. O mote é “para não esquecer”, título do livro já citado neste editorial, organizado por Maria Auxiliadora Schmidt. e Ana Claudia Urban,

Para encerrar esse editorial - manifesto, reiteramos aqui a nossa solidariedade aos nossos colegas professores do Paraná, reconhecendo a grandeza da resistência no episódio da barbárie do massacre da Praça Nossa Senhora da Salete, em Curitiba, no dia 29 de abril de 2015. O que ficou explícito ali foi uma política do corpo engendrada pela violência do poder, consubstanciada pela “utopia burguesa” nos espaços da cidade. Todavia, contraditoriamente, ali também se impôs a “política do corpo pela luta por um salário vital”<sup>28</sup>, cuja resistência dos corpos docentes, ficará marcada na direção das lutas por uma educação pública e de qualidade nos espaços e tempos de “utopia dialética”<sup>29</sup>.

28 HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2014, p. 101

29 HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2014, p. 213-214.



30 Acesso em 28/07/2015.

Aos leitores: tenham uma boa leitura, crítica e propositiva. Assim, encerramos com o poema de Maiakovski, em homenagem aos professores lutadores do Paraná: “Metade de mim é feita de sonhos, a outra metade, de lutas”!

Os editores